Nos tempos dos "charutos prateados": apropriações e ressonâncias em torno do reconhecimento do Campo do Jiquiá como um patrimônio histórico do Recife

Rafael de Oliveira Rodrigues[1]
Roberta de Sousa Mélo[2]

Resumo

O principal objetivo deste artigo é promover uma reflexão sobre as diferentes apropriações e ressonâncias promovidas a partir do reconhecimento de uma área da cidade do Recife como patrimônio histórico, tomando dois contextos distintos: o tombamento da área, no ano de 1983, e um posterior projeto de requalificação, em 2009. O local em questão é o Campo do Jiquiá, conhecido na cidade por ter sua história relacionada à passagem dos dirigíveis zeppelins na década de 1930. Para o alcance do objetivo proposto, foi realizada uma etnografia entre os anos de 2009 e 2011, tendo como base a utilização de dados secundários, como documentos em jornais e fotografias, e primários, como entrevistas em longa duração. Concluímos observando que o reconhecimento da área como patrimônio histórico, somado aos projetos de requalificação, promovem dois tipos distintos de ressonâncias, uma afetiva e outra instrumental.

Palavras-chave

Zeppelins; Campo do Jiquiá; Recife; Patrimônio Histórico.

In the age of "Silver Cigars": appropriations and resonances around the recognition of Campo do Jiquiá as historic heritage of Recife

Abstract

The main goal of this article is to promote a reflection on the different appropriations and resonances born from the recognition of an area of Recife, Brazil, as historic heritage, based on two distinct contexts: the heritage listing of the area in 1983, and a requalification project in 2009. The concerned area is Campo do Jiquiá, known in the city because of its past history as the location of a docking tower for Zeppelin airships in the 1930s. To reach the proposed goal, an ethnographical research was performed from 2009 to 2011, based on secondary data such as documents in newspapers and photographs, and primary data such as long-duration interviews. We concluded, with this observation, that the recognition of the area as historic heritage, aided by requalification projects, promotes two kinds of resonance, one affective in nature, and the other, instrumental.

Keywords

Zeppelins; Campo do Jiquiá; Recife; Historic Heritage.

[1] Professor do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Integrante do Laboratório da Cidade e do Contemporâneo (LACC/UFAL). rafael.rodrigues@santana.ufal.br

[2] Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). Coordenadora do Laboratório de Estudos da Cultura Corporal (LECCORPO/UNIVASF). roberta.smelo@univasf.edu.br

En los tiempos de los "habanos plateados": apropiaciones y resonancias entorno al reconocimiento del Campo de Jiquiá como un patrimonio histórico de Recife

Resumen

El objetivo principal de este artículo es promover una reflexión sobre las diferentes apropiaciones y resonancias originadas a partir del reconocimiento de un área de la ciudad de Recife como patrimonio histórico, tomando dos contextos distintos: la preservación del área, en el año de 1983, y un posterior proyecto de renovación, en 2009. El lugar en cuestión es el Campo de Jiquiá, conocido en la ciudad por tener su historia relacionada al paso de los dirigibles zeppelins en la década de 1930. Para alcanzar el objetivo propuesto, se realizó una etnografía entre los años 2009 y 2011, teniendo como base el uso de datos secundarios, como documentos en periódicos y fotografías, y primarios, como entrevistas en profundidad. Concluimos observando que el reconocimiento del área como patrimonio histórico, sumado a los proyectos de renovación, promueven dos tipos distintos de resonancias, una afectiva y otra instrumental.

Palabras clave

Zeppelins; Campo de Jiquiá Recife; Patrimonio Histórico.

Dans les temps des « cigares d'argent »: appropriations et résonances autour de la reconnaissance du Campo do Jiquiá comme un patrimoine historique de Recife

Résumé

L'objectif principal de cet article est de faire réfléchir sur les plusieurs appropriations et résonances à partir de la reconnaissance d'une région de la ville de Recife comme patrimoine historique, en prenant deux affaires différents: a l'année 1983, sa détermination comme zone protégé, et à l'année de 2009 un projet de requalification urbaine sur place. L'endroit de qui on parle est le Campo do Jiquiá, connu dans la ville pour avoir son histoire liée au passage des zeppelins les années 1930. Pour la portée de l'objectif proposé, une ethnographie a été accomplie parmi les années de 2009 et 2011, a tendance comme la base l'utilisation de données secondaires, des documents dans des journaux et des images; et comme données principales des entrevues dans la longue durée. En observant, nous avons conclu que la reconnaissance de la région comme patrimoine historique, supplémentaire aux projets de requalification, ils promeuvent deux types différents de résonances, un tendre et d'autre instrumental.

Mots-clés

Zeppelins; Campo do Juquiá; Recife; Patrimoine Historique.

INTRODUÇÃO

Ao voltar o foco das nossas atenções para as políticas públicas do patrimônio histórico brasileiro em contextos urbanos, é possível perceber que existe uma preocupação fundamental na literatura antropológica (ARANTES, 2000; FONSECA, 2000; LEITE, 2000; GONÇALVES, 2007; LIMA FILHO, 2009): a *ressonância* dos bens selecionados como patrimônio para a população diretamente envolvida com eles. Observamos, assim como Leite (2002), que, ao implantar a política de identificação, registro, tombamento e proteção dos bens escolhidos como patrimônio, os órgãos competentes geralmente deixam de fora as vozes e experiências das populações e comunidades locais, concentrando-se mais em identificar elementos estéticos[3] do que o modo como a própria população se relaciona com os bens patrimonializados.

Tomando como base a literatura antropológica sobre o tema do patrimônio, procuramos lançar uma reflexão sobre o tombamento do Campo do Jiquiá, na cidade do Recife em Pernambuco. O local serviu como campo de pouso dos dirigíveis zeppelins, entre os anos de 1930 e 1937, sendo tombado no ano de 1983 pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE). Desde então uma série de projetos têm sido elaborados e colocados em prática pelo poder público estadual e municipal na área. Analisamos, a partir disso, os diferentes tipos de apropriação e as ressonâncias promovidas pelo processo de tombamento da área e por um projeto de construção de uma Quadra Poliesportiva, como parte de um plano maior de requalificação do local num Parque Científico Cultural.

Seguindo o exemplo de Gonçalves (2007) e Leite (2002), o que prevalece neste estudo é a preocupação com os significados atribuídos pelas pessoas aos processos de patrimonialização dos sítios históricos urbanos. Consideramos, portanto, as relações entre os sujeitos e estes locais, a partir de suas interpretações e das representações construídas acerca do reconhecimento da importância histórica e dos processos de intervenção que incidem sobre estes lugares.

Seguindo esta perspectiva, este artigo é fruto de uma dissertação de mestrado, cuja coleta dos dados foi realizada nos arquivos microfilmados da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), no acervo Jobson Figueiredo e em *sites* da *internet* especializados na história da

[3] É interessante notar que isto ocorre na esfera de decisão sobre aspectos do patrimônio material, como bem observa Leite (2002) ao analisar as ruas do antigo Bairro do Recife, onde prevaleceu uma preocupação maior com as fachadas do casario histórico do que com os interesses da população local, e também na esfera imaterial, como relata Martins; Santos (2013), com o caso do registro do acarajé baiano, que foi fortemente associado à estética da baiana. Segundo os autores, isto ocasionou a exclusão de grupos masculinos que também viviam da venda de acarajé na cidade de Salvador.

aviação, além de entrevistas de longa duração, realizadas entre os anos de 2009 e 2011, com representantes do Poder Público da cidade do Recife, moradores do entorno do Campo do Jiquiá e outros personagens locais que tiveram suas histórias de vida ligadas à área e aos zeppelins.

Entretanto, para este artigo foi feito um recorte em que utilizamos apenas algumas fotografias ilustrativas da relação dos zeppelins com o Campo do Jiquiá e, em especial, a narrativa de dois interlocutores. O primeiro, Fernando Lins, aviador, engenheiro, escritor e colecionador de objetos. Nesse caso, o foco se deu na história da aviação nacional (especialmente a história dos zeppelins no Recife). Optamos por utilizar seu nome verdadeiro, uma vez que trata-se de uma personalidade pública, possuidor de um vasto material publicado sobre os dirigíveis, além de ter atuado nos projetos de intervenção no Campo do Jiquiá após o tombamento do local em nível estadual. Nesse sentido, utilizamos sua fala a partir do material que ele escreveu e publicou como entusiasta da aviação e também seus relatos orais. A segunda, uma das lideranças comunitárias, comprometida com a questão das habitações precárias e da falta de infraestrutura urbana do entorno do Campo do Jiquiá, que acompanhou diretamente o projeto de requalificação da área. Neste caso, o seu nome não foi divulgado para garantir seu anonimato na pesquisa.

Em relação à análise deste material, é necessário dizer que ela foi alicerçada nos estudos de Gonçalves (2007) sobre as ressonâncias provocadas pelos processos de reconhecimento e salvaguarda do patrimônio histórico e cultural na sociedade civil, e nos estudos de Leite (2002) sobre as diferentes formas de apropriação dos lugares patrimonializados nas cidades. Com base nos estudos desenvolvidos por estes autores, procuramos identificar, na fala dos nossos interlocutores, as diferentes ressonâncias e modos de apropriações em torno do reconhecimento do Campo do Jiquiá como patrimônio e da construção da Quadra Poliesportiva.

É importante ressaltar também que a metodologia utilizada para a análise dos dados foi a de análise de conteúdo, orientada pela proposta de Bauer; Gaskell (2002), seguindo os procedimentos que são usualmente adotados quando da utilização deste tipo de metodologia: organização, classificação, descrição, análise e interpretação dos dados obtidos. A princípio, os comentários dos nossos interlocutores foram analisados individualmente. Em seguida, houve uma comparação dos dados, observando-se os núcleos das falas a partir dos quais se configuraram as categorias temáticas como Campo do Jiquiá, zeppelins, processo de tombamento, Parque Científico Cultural e habitação.

As principais conclusões evidenciaram dois tipos de ressonâncias nas falas dos entrevistados: uma afetiva, ligada diretamente às pessoas que têm uma relação direta com a história dos zepelins no Recife, e outra instrumental, ligada à expectativa que os grupos que

habitam o entorno do Campo do Jiquiá têm de que os projetos de requalificação da área tragam melhorias de infraestrutura urbana para o local.

Entre ressonâncias afetivas e instrumentais

Autores como Leite (2002), Gonçalves (2007) e Lima Filho (2009) destacam que a política de reconhecimento e salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro pode ser dividida em três momentos distintos. O primeiro teve início com a inauguração do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), consolidando o patrimônio material como categoria central para implantação da política de identificação dos sítios históricos nacionais. O segundo teve como marco a transformação da SPHAN no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), na década de 1970. Este período é comumente referenciado como o início de um processo de descentralização das políticas de patrimônio entre estados, municípios e o setor de turismo.

Na atualidade, mais especificamente na virada do século XX para o XXI, autores como Havey (1992), Featherstone (1995), Zukin (2000) e Leite (2002) têm chamado atenção para os processos de gentrificação que incidem nos lugares patrimonializados. Nas palavras de Leite o termo tem sido utilizado

> “[...] Para designar a transformação dos significados de uma localidade histórica em um segmento do mercado, considerando a apropriação cultural do espaço a partir do intenso fluxo de capitais que estabelece formas de consumo visual.” (LEITE, 2002, p. 36).

Seguindo esta linha argumentativa, é possível observar que o patrimônio cultural, seja em âmbito ambiental, histórico, material, ou imaterial, passa a ser considerado um instrumento importante para a composição da imagem turística das cidades no mercado globalizado, sendo matéria prima para uma série de projetos de intervenção que têm como finalidade a remodelação, reestruturação, revitalização e requalificação dos sítios históricos das cidades.

Leite (2002) ainda argumenta que essa prática promove a apropriação e requalificação simbólica e econômica dos lugares patrimonializados e identificados com potencial turístico pelo poder público, bem como pelo mercado do turismo, transformando-os em um produto a ser consumido pelas pessoas mais abastadas da sociedade.

Todavia, como bem destaca Leite (2002), os significados e as apropriações destes lugares pelo poder público e pelo setor turístico entram em choque com os modos como os grupos que convivem diretamente com os bens patrimonializados se apropriam e atribuem significados a eles, acarretando, muitas vezes, em conflitos de interesses entre os diversos grupos sociais (poder público, sociedade civil, o setor turístico, etc.).

Chamando atenção para este fato, Gonçalves (2007) observa que esta configuração das políticas voltadas ao patrimônio cultural na atualidade ocasiona o problema da pouca ressonância dos bens escolhidos como patrimônio para os diferentes grupos sociais que convivem diretamente com eles. Nas palavras do próprio autor, ao voltarmos o foco das nossas atenções para a ressonância destas políticas, é possível observar aquelas situações

> "[...] em que determinados bens culturais, classificados por uma determinada agência do Estado como patrimônio, não chegam a encontrar respaldo ou reconhecimento junto a setores da população. O que essa experiência de rejeição parece colocar em foco é menos a relatividade das concepções de patrimônio nas sociedades modernas (aspecto já excessivamente sublinhado), e mais o fato de que um patrimônio não depende apenas da vontade e decisão políticas de uma agência de Estado. Nem depende exclusivamente de uma atividade consciente e deliberada de indivíduos." (GONÇALVES, 2007, p. 214).

O autor ainda chama atenção para o fato de que,

> "No processo de construção dessas instituições situadas entre a memória e a história (tais como o patrimônio, as coleções, os museus, os monumentos, os arquivos), opera-se um trabalho cuidadoso de eliminação das ambiguidades. Substituem-se categorias sensíveis, ambíguas e precárias (por exemplo, cheiro, paladar, tato, audição) por categorias abstratas e com fronteiras nitidamente delimitadas com a função de representar memórias e identidades. Essa eliminação da ambiguidade e da precariedade dos patrimônios culturais pode colocar em risco o seu poder de ressonância, seu poder de 'evocar no expectador as forças culturais complexas e dinâmicas de onde eles emergiram'" (GONÇALVES, 2007, p. 215).

Com base nos dois fragmentos acima, é possível argumentar que o acesso que o patrimônio possibilita ao passado não depende inteiramente de um trabalho consciente dos gestores públicos de construção no presente, mas, em parte, do modo como a população atribui significado aos bens escolhidos como representativos deste passado. Colocando Gonçalves (2007) em diálogo com Leite (2002), é possível observar que, ao implantar a política de identificação, registro, tombamento e proteção dos bens escolhidos como patrimônio histórico, os órgãos competentes geralmente deixam de fora as vozes e experiências das populações diretamente envolvidas com o patrimônio e com os lugares patrimonializados. As políticas voltadas às questões do patrimônio histórico e cultural nas cidades terminam, assim, produzindo lugares que não conseguem evocar os sentimentos culturais de pertencimento da população diretamente ligada aos lugares e objetos escolhidos como representativos da história, das memórias e das paisagens das cidades. Em outras palavras, elas não conseguem alcançar o que nós chamamos de uma *ressonância afetiva* na população envolvida com os bens patrimonializados.

Observamos que, ao transformar o patrimônio em um segmento do mercado turístico, produz-se outro tipo de ressonância,

> "[...] Que não envolve a relação das pessoas com o bem patrimonial, mas com os benefícios trazidos pelo reconhecimento deste como patrimônio [...] e as intervenções na área para produzi-la como um lugar patrimonial." (RODRIGUES, 2011, p. 104).

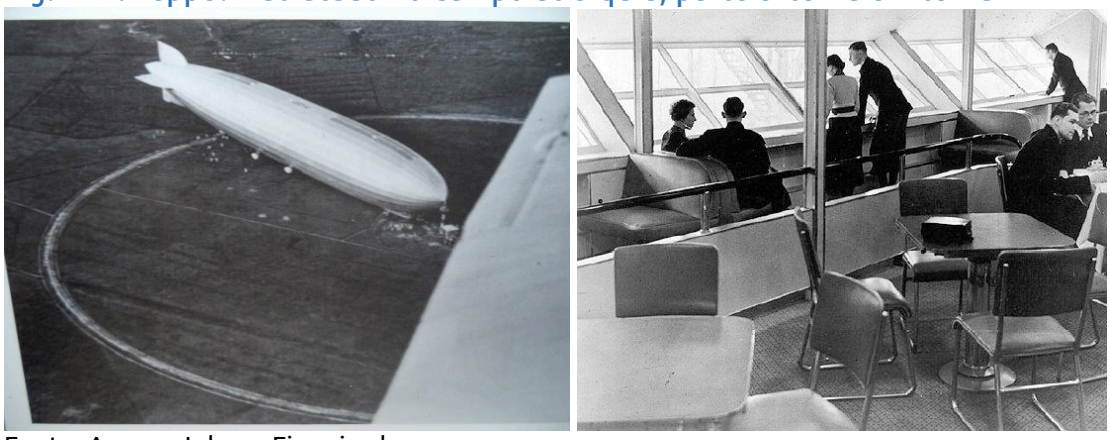
Uma *ressonância instrumental* que não está ligada aos sentimentos de pertencimento da população, mas à expectativa que esta tem de melhorias nas condições de moradias e de infraestrutura urbana, que podem ocorrer com o reconhecimento de determinadas localidades como patrimônio, e também com os projetos associados ao mercado do turismo.

Colocando Leite (2002), Gonçalves (2007) e Rodrigues (2011) em diálogo, é possível observar que existem ao menos dois tipos de ressonâncias provocados quando do reconhecimento e salvaguarda de determinadas áreas urbanas como patrimônio: uma ressonância afetiva e outra instrumental. A primeira está ligada às memórias afetivas e aos sentimentos despertados com o reconhecimento de determinados lugares da cidade como patrimônio cultural. A segunda, em contrapartida, está associada à possibilidade de bem-estar social em termos de melhoria na infraestrutura urbana da população que reside nos lugares patrimonializados.

O Recife e os “charutos prateados”

Os dirigíveis foram um dos mais imponentes meios de transporte aéreo de passageiros, representando a quebra de fronteiras e o progresso da civilização ocidental, como é possível observar na Figura 1.

Fig. nº 1: Zeppelin atracado no Campo do Jiquiá, parte externa e interna



Fonte: Acervo Jobson Figueiredo

As aeronaves pertenciam à Companhia Zeppelin e foram criadas no final do século XIX na cidade de *Friedrichshafen*, na Alemanha, pelo conde Ferdinand Von Zeppelin. Várias rotas foram utilizadas para voos transatlânticos, mas, como observa Lins (2006), devido à suscetibilidade das aeronaves às mudanças climáticas, estas rotas estavam sempre sendo redefinidas e aprimoradas.

Visando tornar mais eficiente a rota que ligava a Europa à América do Norte, a Companhia Zeppelin começou a testar algumas possíveis escalas, e as cidades escolhidas para receber o dirigível alemão na América do Sul foram o Recife e o Rio de Janeiro, capital do país na época. O local escolhido para o pouso da aeronave no Recife foi o Campo do Jiquiá, localizado ao sul da cidade.

Lins (2006) chama atenção para o fato de que a escolha se deu pela localização do bairro, que ficava próximo do centro, um campo aberto numa área alagadiça de manguezal, sendo um local apropriado para a construção de toda uma estrutura para manutenção das aeronaves, incluindo a criação de uma fábrica de hidrogênio (gás utilizado para flutuação das aeronaves, altamente perigoso) e uma torre de atracação.

No dia 22 de março de 1930, quando o primeiro Zeppelin atracou no Campo do Jiquiá, foi decretado feriado municipal. Milhares de pessoas correram para o local para ver de perto o dirigível (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1930). Foram produzidas músicas e poemas para recepcionar a aeronave, que deveria seguir viagem para o Rio de Janeiro, finalizando sua rota em Nova York. A princípio, a escala no Recife havia sido planejada apenas para dar um suporte entre a rota que ligava a Europa ao Rio de Janeiro e aos EUA, mas, dada a necessidade e as limitações dos próprios dirigíveis, a rota terminou se consolidando como permanente. A partir de então os dirigíveis passaram a fazer parte da imagem da cidade.

Todavia, ainda como destaca Lins (2006), mesmo com a consolidação da rota, um acidente envolvendo um dirigível em 1937, no Campo de *Lakehurst*, em Nova Jersey, EUA, fez com que o transporte por dirigíveis fosse suspenso e a escala dos zeppelins no Recife cancelada. O Campo do Jiquiá foi desativado, ficando apenas a torre de atracação e toda estrutura necessária à sua manutenção como lembrança dos tempos em que os "charutos prateados" enfeitavam os céus da cidade.

Após o encerramento das atividades dos zeppelins, a paisagem recifense vivenciou diversas transformações. No que se refere especificamente ao Campo do Jiquiá, a área passou a ser administrada por diferentes órgãos do poder público, estando atualmente sob responsabilidade da prefeitura da cidade do Recife.

Destaca-se o fato de que a ampliação dos serviços urbanos, especialmente a melhoria no transporte público, fez com que o bairro e o entorno do local vivesse um grande crescimento demográfico, que teve como consequência um processo de "favelização" da área do antigo Campo do Jiquiá.

Fig. nº 2: Habitações precárias, Bairro do Jiquiá

Fonte: Acervo dos autores

Se na década de 1930 o Jiquiá despontava como um dos bairros centrais do município por ter sua imagem relacionada aos zeppelins, atualmente ele é referenciado na cidade como um bairro carente, caracterizado por uma gama de problemas sociais recorrentes, como falta de moradias dignas e de saneamento básico, como é possível observar na Figura 2.

É apenas na década de 1980 que tem início o interesse, por parte do poder público do Recife e da indústria imobiliária, pela antiga base de atracação dos dirigíveis. Somente então a imagem do Campo do Jiquiá começa a ser projetada como um lugar de referência histórica de grande importância para a cidade.

Sobre este período, Fernando Lins destaca que a ideia de divulgar a história dos zeppelins no Jiquiá teve início em 1981, 51 anos após o primeiro pouso das aeronaves na cidade. Ele relembra que:

> *Nesse mesmo ano a Empresa Pernambucana de Turismo, numa parceria com o Museu da Imagem e do Som, reuniu 150 peças de documentos, cartas, selos e fotografias alusivas ao período em que o Recife foi escala na rota dos dirigíveis. Foi articulada uma viagem comemorativa dos 50 anos dos zeppelins ao Recife e os ex-tripulantes do primeiro voo do dirigível em terras da América do Sul foram convidados para voltar ao antigo campo de pouso das aeronaves do Jiquiá e participar das comemorações locais [...] Foi a partir desta visita que começou a haver por parte da FUNDARPE e do Governo do Estado um interesse no tombamento da área [...] Nesse momento, eu e mais um grupo de pessoas interessadas nas histórias dos zeppelins na cidade, estivemos em contato frequente junto com o Governo do Estado para fazer da área um parque histórico da cidade, que pudesse contar a história da aviação (INFORMAÇÃO ORAL)*[4].

No que diz respeito às políticas adotadas no Recife, especialmente no Campo do Jiquiá, houve um primeiro interesse por parte da Empresa Pernambucana de Turismo

[4] Entrevista concedida ao autor, em 2010 (LINS, Fernando. Entrevista I. Entrevistador: Rafael de Oliveira Rodrigues. Olinda, 2010. Arquivo mp3 [60 min]).

(EMPETUR), junto com outras instâncias como, por exemplo, o Museu da Imagem e do Som e o Governo do Estado de Pernambuco. Foi apenas após a visita dos tripulantes, organizada em parceria com a EMPETUR, que a FUNDARPE encaminhou o processo de tombamento da área onde se encontra a torre de atracação, no Campo do Jiquiá. O processo classificava a área nas categorias de Sítio Histórico e Área de Proteção Ambiental, sendo aprovado pelo Conselho Estadual de Cultura e homologado em agosto de 1983 (FUNDARPE, 1983).

Este momento ilustra perfeitamente o que apresentamos algumas linhas atrás como sendo o segundo momento das políticas públicas do patrimônio cultural brasileiro. Sobre este período, Leite (2002) chama atenção para o fato de que havia uma maior descentralização da política de reconhecimento, tombamento e preservação dos bens imóveis, o que permitia aos estados e municípios uma maior autonomia para definir os projetos de identificação e salvaguarda, além do modo como o patrimônio seria gerenciado, em termos de recursos para manutenção e preservação do bem.

Mas, apesar do tombamento em nível estadual e dos interesses da empresa de turismo local após o tombamento, nenhum projeto foi desenvolvido para a área, e ela continuou a crescer desordenadamente. Sobre este momento, posterior ao tombamento, Fernando Lins relata:

> *Eu sempre tive interesse que houvesse um museu, um parque cultural e turístico, mas o poder público você sabe como é, promete, promete, mas fazer que é bom, é difícil. Deveria haver um projeto educativo naquela área, que é uma área muito pobre, com muitas invasões. Daqui a pouco as invasões chegam dentro da área tombada. (INFORMAÇÃO ORAL)*[5].

A fala acima ilustra o argumento de Leite (2002) de que essas áreas patrimonializadas passam por diversos tipos de apropriações. Diante disso, é possível perceber que, no caso do Campo do Jiquiá, existem ao menos dois tipos de apropriações do espaço delimitado como patrimonial. A primeira do poder público, o qual, juntamente com a EMPETUR, procura promover a requalificação da área voltada ao mercado turístico. A segunda refere-se à das famílias de baixa, ou nenhuma renda, as quais se apropriam literalmente do espaço da área, através de sucessivas invasões.

Olhando para este contexto, Rodrigues (2011) chama atenção para o fato de que, ao identificar esses problemas referentes às invasões, a prefeitura da cidade, juntamente com a EMPETUR e alguns grupos locais, e sob supervisão da FUNDARPE, elaborou um projeto de construção de um Parque Científico Cultural para área tombada, o qual envolvia a construção de moradias populares, de um Complexo Poliesportivo e de um Museu de Ciências. O primeiro projeto a ser colocado em prática foi o de moradias populares, entre os anos de

[5] Idem, Ibidem.

2004 e 2007. Todavia, o número de invasões continuou aumentando, e uma série de novas comunidades foi se estabelecendo nas bordas da área tombada.

Apesar destas medidas, que sugerem um maior controle das invasões na área e uma tentativa de requalificação do espaço pelo poder público, Rodrigues (2011) observa que o projeto de construção do Parque Científico Cultural começou a ser colocado em prática de forma efetiva em 2009, pela Secretaria de Tecnologia e Desenvolvimento da Prefeitura do Recife, com a construção de uma Quadra Esportiva.

Campo do Jiquiá: um lugar de importância histórica para o Recife

Apresentaremos, agora, as narrativas de dois interlocutores à medida que suscitam reflexões em torno das diferentes apropriações e ressonâncias provocadas pelo reconhecimento do Campo do Jiquiá como patrimônio histórico do Recife, assim como pelo posterior processo de requalificação da área. A primeira fala que apresentamos é de Fernando Lins, que acompanhou o processo de tombamento da área no ano de 1983. Em seguida, apresentamos a fala de uma liderança comunitária que habita o entorno da área, a qual tem acompanhado a construção de uma Quadra Poliesportiva, que teve início no ano de 2009.

Ressonâncias em torno dos zeppelins no Recife

Nosso contato com Fernando Lins se deu através de um *site* especializado em fotografias antigas, através do qual foi possível acessar um *link* que nos levou à página de um grupo de estudos sobre a história da aviação no Nordeste brasileiro, onde Lins aparecia como fundador de outro grupo chamado Amigos dos Dirigíveis do Brasil (ADB). O mesmo atuou durante a década de 1980 pela construção do Campo do Jiquiá e seu reconhecimento como um lugar de referência histórica da cidade do Recife, propondo projetos após o tombamento da área, em 1983, para a prefeitura e o Estado.

A partir dos contatos disponibilizados na página, conseguimos agendar uma conversa sobre seu interesse pelos dirigíveis e os projetos envolvendo o Campo do Jiquiá. Ao falar sobre suas iniciativas na área, ele relembra:

> *O diretor do Centro Cultural Brasil Alemanha é um entusiasta da aviação, principalmente da história dos zeppelins. Ele tem uma coleção imensa da época, que ele conseguiu com os alemães. Ele e eu fomos os fundadores da ADB no começo dos anos 1980 [...] Essa entidade que a gente criou tinha diversos representantes interessados em fazer projetos, tinha pessoal da FIDEM, do Instituto Joaquim Nabuco, Diário de Pernambuco, essas principais entidades que tinham interesse pelo Zeppelin. A ideia era exatamente recuperar a torre de atracação, fazer os contatos pra defender a torre como um patrimônio nosso de Pernambuco, do Nordeste do Brasil. Fizemos visitas, mostramos a importância da*

> *torre, sempre levando a mensagem da importância, porque isso é uma marca histórica para Pernambuco, da história mundial, mas infelizmente é difícil você sensibilizar as pessoas para divulgar (INFORMAÇÃO ORAL)*[6].

A ADB se constituiu, então, com a intenção de desenvolver projetos para área, levando em conta a história do local com os dirigíveis, além de tentar chamar atenção do poder público para importância da antiga torre de atracação, única ainda restante no mundo. Em sua fala, é possível identificar que havia uma série de instituições públicas e privadas interessadas na imagem dos zeppelins no Campo do Jiquiá, dentre elas, o Centro Cultural Brasil Alemanha (CCBA), com uma filial no Recife, o Instituto de Pesquisa Joaquim Nabuco, e também o Diário de Pernambuco, um jornal de referência para a cidade.

Como observa Leite (2002) esta prática foi bastante comum durante as décadas de 1970 e 1980, quando a política de identificação e tombamento do patrimônio brasileiro deixa de ser unicamente de responsabilidade do IPHAN e passa a ser compartilhada com fundações municipais e estaduais. Como característica deste momento, as instituições responsáveis por salvaguardar os bens patrimonializados brasileiros iniciaram uma procura por parcerias para auxiliarem na sustentabilidade econômica do Campo do Jiquiá, ao mesmo tempo em que o projetavam para o mercado turístico.

Voltando o foco das nossas atenções para o projeto de reconhecimento e tombamento da área como um patrimônio histórico do estado de Pernambuco, Lins relembra que

> *Em 1981, nós recebemos a visita de sete tripulantes do Zeppelin [...] Então, eles vieram até aqui, foram até São Paulo, Rio de Janeiro e depois regressaram, foram visitar a torre aqui no Jiquiá. Inclusive, deram uma limpada no local, pintaram a torre, mas só isso [...] Bem, eles foram embora e algum tempo depois um deles voltou e trouxe a família pra visitar o local, a torre do Zeppelin. E quando ele chegou rapaz, tinha uma placa em homenagem à chegada deles [...] Mas quando ele chegou, procurou e não encontrou, pois não é que haviam roubado a placa? [...] É um descaso (INFORMAÇÃO ORAL)*[7].

O episódio da visita dos tripulantes, narrado pelo nosso interlocutor, já foi apresentado algumas linhas acima. Na ocasião, eles estiveram em Recife no ano de 1981 para uma visita ao Campo do Jiquiá. Lá deixaram uma placa com os seus nomes, a qual fazia referência à importância da vinda dos zeppelins para a cidade e também das relações entre o Recife e a Alemanha, nas primeiras décadas do século XX. Dez anos depois, em 1991, um dos ex-tripulantes retornou por conta própria para o Recife com sua família, e ao visitar o Campo

[6] Entrevista concedida ao autor, em 2010 (LINS, Fernando. Entrevista I. Entrevistador: Rafael de Oliveira Rodrigues. Olinda, 2010. Arquivo mp3 [60 min]).

[7] Idem, Ibidem.

do Jiquiá para mostrar a placa à sua família, percebeu que a mesma já não se encontrava mais no local.

Este acontecimento é bastante ilustrativo do argumento de Leite (2002) quanto aos diferentes modos de se apropriar de um bem cultural: de um lado a apropriação do ex-tripulante alemão, que via na placa a materialização de sua história de vida como símbolo da história da cidade do Recife. Do outro, a apropriação da população local marginalizada, que muito provavelmente roubou a placa pelo valor do material, ou seja, o bronze, o qual representava apenas mais uma forma de conseguir dinheiro em algum ferro velho das redondezas.

Além disso, este acontecimento também é bastante ilustrativo do modo como o reconhecimento dos lugares como patrimônio pode evocar, em determinados grupos, o que Gonçalves (2007) chama de as forças culturais de onde eles emergem. Dito de outro modo, a placa tinha o poder de provocar uma grande ressonância afetiva no ex-tripulante, justamente por fazer com que ele se sentisse um legítimo porta-voz da história dos dirigíveis com o Campo do Jiquiá, tornando-se central na construção da sua autoestima social.

Aprofundado o tema das ressonâncias, perguntamos para Lins sobre o motivo de tanto interesse da sua parte nas histórias dos dirigíveis e, ao começar a falar da história de sua vida e sua relação com os zeppelins, ele relembra o voo que seu pai, um dos primeiros comandantes da aviação brasileira, fez no dirigível. Emocionando, ele pega uma carta que seu pai escrevera à sua mãe, em 1937, quando fora de Zeppelin para Alemanha, no último voo do dirigível que saiu do Recife, e começa a contar a história que subjaz ao documento:

> *Meu pai foi um dos primeiros comandantes das Forças Aéreas Brasileiras, o Comandante Severiano Lins. Quando o último Zeppelin saiu do Recife com destisno à Alemanha, ele estava como um dos passageiros. Estava indo para a Alemanha realizar um curso de treinamento para piloto de avião. Naquela época, os aviões dividiam mercado com os zeppelins, mas, diferente dos dirigíveis, eles faziam apenas voos continentais. Após esse treinamento, meu pai voltou ao Brasil e, alguns anos depois, ele faleceu em um acidente com um avião que ele pilotava [...] Esse foi um registro muito importante. E onde eu ando faço menção a essa falta, porque eu perdi meu pai em um acidente de avião e isso ficou uma marca muito grande (INFORMAÇÃO ORAL)*[8].

O interesse de Lins pelos zeppelins está diretamente relacionado com as memórias de seu pai. A viagem no dirigível Zeppelin e posteriormente a morte heroica, no exercício da profissão, levaram nosso interlocutor a criar um projeto de vida: a divulgação da história dos zeppelins do Campo dos Jiquiá e propagação da memória de seu pai, através da literatura e dos seus projetos de intervenção no Campo do Jiquiá.

[8] Idem, ibidem.

Para Lins, o reconhecimento do campo dos dirigíveis como um patrimônio local, juntamente com as intervenções propostas por ele, promove uma grande ressonância afetiva, associada diretamente às histórias de sua família, da sua cidade e da aviação nacional. Semelhante ao ex-tripulante, Lins se reconhece como uma testemunha legítima da passagem dos zeppelins pelo Recife. Esta legitimidade também é socialmente e institucionalmente sentida, e tem um papel central na estruturação de sua narrativa, sendo um fator decisivo na construção da sua autoimagem como autoridade sobre as histórias dos zeppelins no Recife.

Podemos observar ainda que a narrativa do nosso interlocutor é fruto de uma memória herdada de seu pai, o que permite que haja uma forte identificação entre as suas memórias e o Campo do Jiquiá. As histórias de seu pai associadas à aviação nacional e aos zeppelins passam a ser, portanto, as suas próprias histórias, conectando o presente ao passado, o qual deve ser preservado e disseminado pela cidade do Recife, por meio de sua narrativa legítima e privilegiada, enquanto escritor e filho de um dos heróis da aviação nacional.

Ressonâncias entre os moradores do entorno do Campo do Jiquiá

Tomando como referente o início das obras do projeto do Parque Científico Cultural, especialmente da Quadra Poliesportiva, no ano de 2009, entrevistamos algumas lideranças comunitárias nos três bairros que fazem fronteira com o Campo do Jiquiá: Mangueira, San Martin e Jiquiá, mas para este artigo selecionamos apenas a narrativa de uma liderança. Apresentamos agora alguns fragmentos de sua fala.

> *[...] Quando eu vim morar aqui era uma casa aqui outra ali, era luz de candeeiro, lama muita, não era calçada era sujeira [...] Hoje, os bairros aqui já estão todos calçados. Essa área toda era de invasão, naquela época eu fui entregar as posses de terras para as primeiras famílias que foram legalizadas na área, eu acompanho a população, ela cresce. As associações são todas juntas [...] foi a forma que a gente conseguiu de juntar, porque é muito disperso (INFORMAÇÃO ORAL)*[9].

A narrativa acima permite refletir que todo o entorno da área do parque se constituiu em cima de sucessivos processos de invasões. Ela reforça também o grande crescimento desordenado que tem ocorrido nos últimos anos no entorno do futuro parque e nos bairros que o compõem. Ao aprofundar esta questão sobre o crescimento desordenado, perguntamos seu ponto de vista sobre os sucessivos processos de invasões que têm acontecido no entorno:

[9] Entrevista concedida ao autor, em 2010 (COMUNITÁRIA, Liderança. Entrevista II. Entrevistador: Rafael de Oliveira Rodrigues. RECIFE, 2010. Arquivo mp3 [60 min]).

> *Essas invasões já eram para ter tirado há tempo para abrir uma rua ali e pavimentar, tem que abrir, é muito imprensado, você sabe que em invasão um quer mais do que o outro, aí saem invadindo [...] o prefeito na época ficou de arrumar um terreno aqui na área do parque*[10].

A expectativa causada pela implementação do futuro parque é de que aconteça um melhor ordenamento socioespacial do bairro ou, em outras palavras, um maior controle sobre os processos de invasões. Podemos chamar esta expectativa de uma ressonância instrumental, assim como apresentado por Rodrigues (2011), ou seja, de que o bem tombado em si e a importância histórica que ele tem para a cidade têm pouca importância para a moradora, diferente do que foi possível observar na narrativa de Lins.

Numa tentativa de melhor compreender as ressonâncias provocadas pelos projetos de requalificação do entorno da área tombada, perguntamos para a moradora o que ela achava sobre as invasões e sobre o futuro projeto de construção do Parque. Segundo ela:

> *O pessoal tem que entender isso também, querem coisas que não tem condição de ser feita, invadem e ficam querendo um pedaço ali, um pedaço aqui, mas o prefeito não quer fazer, como é que vai começar as obras do parque com o pessoal dentro do terreno? Tem que tirar. Aqui ainda não é legalizado, nenhuma casa aqui dessa área, ainda não fizeram o cadastro, mas disseram que iam legalizar tudo aqui porque eu sou liderança daqui há mais de 20 anos, e sei que vai ser tudo legalizado aqui. Mas sei que, quando fizerem, a gente vai ter que pagar tudo, IPTU, COMPESA, luz, tudo (...) aqui tudo foi invasão, mas todo mundo disse na reunião, quando calçar a rua, vamos ser legalizados. (INFORMAÇÃO ORAL)*[11].

Aqui aparece, mais uma vez, o que Rodrigues (2011) chama de ressonância instrumental, materializada na expectativa de que as intervenções contribuam para que o crescimento desordenado na área diminua e também para que ela traga serviços básicos de infraestrutura urbana, como luz e água encanada. Em outras palavras, emerge um tipo de ressonância que não envolve a relação direta com o bem patrimonial pela sua importância histórica ou cultural, mas sim pelos possíveis benefícios trazidos pelo reconhecimento do Campo do Jiquiá como patrimônio e as futuras intervenções na área para produzi-la como um lugar patrimonial.

Sobre as expectativas da liderança comunitária a respeito da vinda do futuro Parque Científico Cultural para a vizinhança, ela destaca que:

> *Vai ser uma maravilha aí na frente, com ônibus na porta de casa, fazendo integração (...) pavimentação, o saneamento pra quem ainda não tem. Eu tenho certeza que essa área vai ficar muito bonita, e vai trazer só melhora para os*

[10] Idem, ibidem.

[11] Idem, ibidem.

> *bairros vizinhos. Eu espero também uma conscientização da prefeitura para tirar esses jovens da droga, tirar eles dessa mente vazia para se ocupar*[12].

Mais uma vez, o que chamamos de ressonância instrumental aparece em sua fala, agora associada à diminuição dos problemas sociais relacionados ao consumo e ao tráfico de drogas no local, os quais têm afetado todos os bairros que compõem o entorno do Campo do Jiquiá. Cabe destacar ainda que ela se apropria do discurso do poder público, especialmente o discurso social que envolve as políticas de reconhecimento e salvaguarda do patrimônio cultural, e cria expectativa de que a construção do futuro parque irá minimizar os problemas sociais com destaque para os problemas de moradia, de infraestrutura de serviços urbanos e consumo de drogas.

Breve exercício comparativo entre as diferentes ressonâncias

Ao voltarmos o foco das nossas atenções aos relatos de Lins e da moradora do entorno do Campo do Jiquiá, é possível observar que eles expressam ao menos dois tipos distintos de ressonâncias.

Na fala de Lins, percebe-se que o processo de tombamento do Campo do Jiquiá, no ano de 1983, torna-se uma forma de ver viva a memória do seu pai, como uma parte de um todo maior: a história do Recife e da aviação nacional. É importante destacar também, tomando com base suas inferências, a ressonância afetiva provocada no ex-tripulante do primeiro Zeppelin a pousar no Recife, na década de 1930. Para ele, o reconhecimento da área como patrimônio da cidade do Recife possibilita que ele veja uma parte de sua história de vida reconhecida através de um ícone representativo da Alemanha.

Em outra medida, a ressonância instrumental, identificada na fala da liderança comunitária do entorno do Campo do Jiquiá, com o início dos projetos de requalificação da área, aparece mais voltada para os possíveis benefícios que este tipo de projeto pode trazer em termos de infraestrutura urbana para os bairros que compõem o entorno da área patrimonializada.

A ressonância instrumental se materializa, portanto, na expectativa de maior policiamento e serviços de mobilidade urbana, saneamento, luz elétrica, etc. Em síntese, ocorre uma expectativa de que as intervenções minimizem, ou mesmo finalizem, os problemas decorrentes das irregularidades das ocupações precárias no entorno do Campo do Jiquiá. Enfim, o projeto da Quadra Poliesportiva faz ressoar os anseios por melhorias para o lugar onde ela mora.

[12] Idem, ibidem.

Cabe destacar que devemos estar atentos ao fato de que não existe uma relação de causa e efeito que conecte as ressonâncias afetivas à população, digamos, mais abastada da cidade, e as ressonâncias instrumentais à população carente, que se estabilizou no entorno do Campo do Jiquiá após sucessivos processos de invasões.

Em ambos os grupos as duas tipologias de ressonâncias, afetiva e instrumental, podem se fazer presente ao mesmo tempo, nas vivências das pessoas diretamente envolvidas com os bens patrimonializados. Este fato já foi averiguado num estudo anterior (RODRIGUES, 2012), em que foi possível observar que, para a população do entorno do Campo do Jiquiá, ao mesmo tempo em que existe uma ressonância instrumental para com possíveis serviços de infraestrutura urbana advindos com os projetos de requalificação da área, também existem uma série de ressonâncias afetivas para com elementos históricos e culturais que escapam da lógica de identificação de importância atribuída aos zeppelins e a estrutura deixada no Campo do Jiquia, especialmente a Torre de Atracação.

Estas ressonâncias afetivas, ligadas à população que habita o entorno da área, estão geralmente associadas a outros elementos característicos do lugar, como, por exemplo, o manguezal, os antigos viveiros de peixe, a própria história do modo de ocupação do espaço do entorno da área tombada. Em outras palavras, há uma série de ressonâncias afetivas da população do entorno que não estão associadas ao valor patrimonial do Campo do Jiquá, mas sim a outros elementos deixados de fora quando da identificação e tombamento do local pela FUNDARPE, a EMPETUR, cujo foco recai apenas nos dirigíveis e na antiga torre de atracação.

Considerações finais

O principal objetivo deste artigo foi analisar os diferentes tipos de apropriações e ressonâncias promovidas pelo tombamento de uma área de importância histórica da cidade do Recife, em Pernambuco. O local em questão é conhecido na cidade como Campo do Jiquiá, e teve sua histórica ligada aos dirigíveis zeppelins, que fizeram parte da paisagem da cidade entre os anos de 1930 e 1937.

Num primeiro momento, realizamos um diálogo entre Leite (2002), Gonçalves (2007) e Rodrigues (2011), para argumentar que a junção das políticas de patrimonialização com o mercado do turismo provoca o problema da pouca ressonância na população diretamente envolvida com patrimônio. Observamos que o distanciamento destas políticas da população mais ampla ocasiona o problema da pouca ressonância destes com os lugares patrimonializados nas cidades. Nesse sentido, foi possível identificar dois tipos de ressonâncias. A primeira caracterizada como ressonância afetiva, quando os lugares patrimonializados conseguem afetar as memórias da população, fazendo com que ela se

sinta contemplada pela seleção de determinados lugares como patrimônio. A segunda, uma ressonância instrumental, quando a seleção de determinados lugares com patrimônio não traz nenhuma identificação da população com o bem tombado, mas gera a expectativa de que o reconhecimento traga melhorias em termos de infraestrutura urbana para esses grupos.

Dando continuidade, analisamos a transformação do Campo do Jiquiá em um lugar de importância histórica da cidade do Recife, dando ênfase aos diferentes agentes envolvidos nesse processo. Identificamos que o tombamento do local se deu no momento em que as políticas de patrimonialização estavam se descentralizando, permitido a entrada de empresas públicas e privadas, com a finalidade de produzir a área patrimonializada como um recurso turístico.

Por fim, lançamos uma reflexão sobre as diferentes ressonâncias provocadas pelo tombamento do Campo do Jiquiá, em 1983, e posteriormente com o início dos projetos de requalificação da área, especialmente a construção de uma Quadra Poliesportiva, em 2009.

Foi possível identificar as duas tipologias de ressonância discutidas no decorrer do trabalho, uma afetiva e outra instrumental. As ressonâncias afetivas foram identificadas através da narrativa de Fernando Lins, o qual esteve à frente de uma série de iniciativas de tornar a área tombada um centro de referência sobre a história da aviação, tendo como foco as memórias de seu pai, um dos primeiros aviadores brasileiros. Através do seu relato foi possível observar também o modo como o tombamento provocou uma ressonância afetiva em um ex-tripulante do Zeppelin, homenageado na data comemorativa da passagem do dirigível pelo Recife.

Em outra medida, também foi possível identificar um tipo de ressonância instrumental em uma liderança do entorno do Campo do Jiquiá, a qual está diretamente associada à expectativa de que as obras de requalificação da área tragam serviços de infraestrutura urbana para o local, carente de serviços básicos como energia e água encanada. Verificamos ainda que essa ressonância é fruto da apropriação dos moradores do entorno do discurso de assistência social produzido pelo poder público da cidade, quando da execução dos projetos de requalificação ligados ao patrimônio.

Para além de contribuir com a ampliação do conhecimento antropológico sobre a temática do patrimônio cultural, esperamos que este estudo estimule novas reflexões sobre a importância do poder público enquanto mediador na promoção de políticas voltadas para a preservação dos lugares históricos nas cidades, e que visem, em última instância, aos interesses da população carente diretamente envolvida com estes locais.

Sugerimos, por fim, que sejam realizados futuros estudos para melhor verificar o modo como essas políticas de reconhecimento, salvaguarda de requalificação de áreas

patrimonializadas provocam diferentes tipos de ressonâncias nos grupos diretamente e indiretamente envolvidos com os bens selecionados como representativos do patrimônio cultural das cidades.

REFERÊNCIAS:

ARANTES, A. **Paisagens paulistanas**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2000.

BAUER, Martin W; GAKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto imagem e som**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

DIARIO DE PERNAMBUCO. **A terra prometida para os zepelins**. Abril, 1930, p. 01.

FEATHERSTONE, Mike. **Cultura de consumo e pós-modernismo**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

FONSECA, Cecília Londres. **Referências Culturais: Base para novas políticas de patrimônio**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), 2000.

FUNDARPE. **Decreto Estadual de Homologação: Nº 8.710, DE 01 de agosto de 1983**. Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico do estado de Pernambuco, 1983.

GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônio**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2007.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

LEITE, Rogério Proença. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 49, p. 115-172, 2002.

LIMA FILHO, M. F. Da matéria ao sujeito: inquietação patrimonial brasileira. **Revista de Antropologia da USP**, São Paulo, v. 52, n. 2, p. 605-632, 2009.

LINS, Fernando Chaves. **Por céus nunca d’antes navegados**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.

MARTINS, P.; SANTOS, T. C. **A baiana tem dendê!: espaços e trajetos da salvaguarda do ofício das baianas de acarajé**. Salvador: Kawo-Kabiyesile, 2013.

RODRIGUES, Rafael de Oliveira. **Nos tempos dos “Charutos Prateados”: um olhar etnográfico sobre a construção de uma antiga base de atracação de zeppelins como um lugar de referência do Recife.** Dissertação (mestrado em Antropologia Social), UFSC, Florianópolis, 2011.

RODRIGUES, Rafael de Oliveira. Repensando as representações acerca do patrimônio histórico: olhares sobre o tombamento de uma antiga base de atracação de Zeppelins. In: TAMASO, Isabela; LIMA FILHO, Manuel Ferreira (Org.). **Antropologia e Patrimônio Cultural: trajetórias e conceitos**. Brasília: ABA Publicações, 2012, p. 319-342.

ZUKIN, Sharon. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. In: Antonio A. Arantes (org.), **O espaço da diferença**. Campinas, SP: Papirus, 2000, p. 208-256.

Recebido em 30 de julho de 2018.
Aprovado em 06 de dezembro de 2018.